

Senhor Presidente da Assembleia  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhora e Senhores Membros do Governo

O Poder Local Democrático, celebra no próximo dia 26 de Novembro, 30 anos, ao serviço do País, da Região e das populações. Cabe aqui, uma homenagem a todos as mulheres e homens, que nas últimas três décadas, nas autarquias, municípios e freguesias, assumiram competências, responsabilidades e com grandes dificuldades, asseguraram o desenvolvimento dos seus concelhos, criando bem estar social e aprofundamento cultural, projectando factores de qualificação de vida com a construção de infraestruturas e equipamentos.

As Autarquias desempenharam um papel fundamental na implantação da democracia, e a Região, tal como a conhecemos, não seria certamente a mesma sem o Poder Local. Foi graças às Autarquias Locais, em especial aos Municípios, que coube grande parte da responsabilidade de construção de muitas infra-estruturas básicas essenciais aos cidadãos.

Os resultados práticos são visíveis, as pessoas vivem melhor, os equipamentos multiplicaram-se e a Região ficou, seguramente mais coesa.

Mas, estamos num tempo de mudança.

Agora já não basta ir buscar dinheiro aos fundos comunitários, às transferências orçamentais do Estado, ao endividamento, e continuar a construir.

O modelo autárquico destes 30 anos está a mudar rapidamente.

Em termos de balanço, como em tudo, houve coisas que correram bem e outras que não terão corrido tão bem. Mas globalmente o balanço tem de ser considerado como muito positivo. O Poder Local é essencial ao desenvolvimento sustentado da Região. Assim foi e assim será, cada vez mais.

Neste capítulo, há que ter sempre em conta a existência da nossa especificidade, e da existência de um patamar intermédio de poder, derivado da nossa condição de Região Autónoma.

No presente colocam-se às Autarquias, novos problemas e desafios de natureza económica, de competitividade e de coesão social.

Neste contexto, e com o objectivo de retomarmos o ritmo de desenvolvimento económico indispensável ao progresso e bem-estar que tanto ambicionamos, será necessário a existência de cooperação entre as instituições, os órgãos de soberania e o seu relacionamento com os cidadãos, de forma a concretizar o desígnio de uns Açores mais desenvolvidos e mais coesos.

Estou convicto de esta tarefa será possível num trabalho estreito entre a Região e as Autarquias em prol da nossa população.

Por esse motivo será importante a existência de concertação política nos próximos anos. Concertação para a modernização e para um futuro melhor para os Açores. Concertação, para que em primeiro lugar, sejamos capazes de responder aos novos desafios com que os Açores estão confrontados e, são muitos os desafios, que resultam das necessidades que a nossa Região ainda se defronta.

A Região mudou nos últimos anos. Uma resposta, às novas necessidades, pressupõe a existência de uma geração de novas políticas, numa certeza que

se há desafio que é absolutamente evidente, e que se impõe com clareza a qualquer espírito, é que tem que ser feitas as reformas e a modernização, para podermos dar condições aos nossos concidadãos equivalentes no mínimo ao resto do País.

E as exigências são cada vez maiores. Exigências dos parceiros sociais e da sociedade em geral.

Naturalmente, isto é uma tarefa para toda a Região. E, sendo uma tarefa da Região, isso exige, isso impõe, uma concertação estratégica entre Governo Regional, Câmaras Municipais e toda a sociedade açoriana.

Os Autarcas eleitos há cerca de um ano, depois das últimas eleições autárquicas, têm, um horizonte pela frente de um mandato de três anos.

É necessário criar-se um ambiente que convide à iniciativa, à inovação, ao risco, que convide ao espírito empreendedor. É aqui que temos que lutar. E há espaço para todos. Há espaço para uma cooperação, ao nível dos diferentes projectos entre o Governo e as Câmaras Municipais.

Esta mobilização deve ser também, uma prioridade que deve ser assumida pelas empresas, e que deve ser assumida pela sociedade em geral. A prioridade de uma maior qualificação, e de um maior trabalho no sentido de uma educação melhor, de um trabalho e de um investimento cada vez maior, a inovação, a investigação nas empresas, mas, também, a assunção de uma cultura que propicie mais o investimento.

Compete, ao Governo Regional, marcar o rumo, marcar a orientação, definir um caminho que possa levar os Açores, a um desenvolvimento compatível com as nossas aspirações, devendo as Autarquias serem parceiros dessa tarefa.

Mas a verdade é que a Região precisa de se preparar, também, para enfrentar os desafios e as exigências, que o novo Quadro de Referência Estratégico Nacional, coloca aos Açores.

Será uma oportunidade que não pode ser perdida. E nesta área os Autarcas, tem uma palavra importante no que diz respeito à gestão dos próximos fundos comunitários, e que será, concentração nos programas e, também, selectividade nos investimentos.

Em primeiro lugar, os programas têm que ser mais concentrados para terem possibilidades de serem bem geridos e, também a concentração de recursos deve ser dirigida àqueles projectos que façam mudar, que tenham um impacto significativo na economia e no bem-estar dos Açores. É por isso que temos que ser mais exigentes na selectividade destes projectos.

Para esta tarefa, deverão os Autarcas participarem conjuntamente com o Governo, na definição deste modelo de gestão, tão importante para os próximos sete anos nos Açores.

É um desafio para o qual todos devemos estar preparados. A sociedade açoriana aprendeu muito nos últimos anos com a gestão de fundos comunitários. Sabemos o que queremos, sabemos que projectos devem ser aprovados, sabemos como fazer as coisas.

É necessário que exista acordo, entre o Governo e as Autarquias, e que se possa conduzir o Quadro de Referência Estratégico Nacional, de forma a que este seja verdadeiramente uma alavanca para a modernização infraestrutural, assim como para a modernização nos capítulos da qualificação, tecnologia e da inovação.

E que não haja a mínima dúvida: é preciso, neste momento nos Açores, um consenso sobre esta matéria.

A prioridade dos recursos públicos nos Açores, de origem nacional ou de origem comunitária deve ser: a aposta na qualificação dos Açorianos, na difusão tecnológica e na inovação.

São estas as prioridades que devemos assumir. A prioridade, da modernização tecnológica da nossa Região e da preparação dos Açores para poder competir com os melhores, e junto dos mercados de maior exigência.

Sem uma política autárquica forte, não se conseguirá reduzir as assimetrias concelhias, que vão continuar a permitir que se continue a “exportar” os nossos jovens, que vão engrossar o contingente que vive, ou sobrevive, tantas vezes sem qualidade nos concelhos mais desenvolvidos.

Verifica-se em diversos países europeus, que a existência de um poder local forte e autónomo, combate o desenvolvimento assimétrico, promovendo a aproximação da decisão pública do cidadão, indo ao encontro do princípio da subsidiariedade.

Através do desenvolvimento sustentado será possível vencer e ultrapassar os desafios que actualmente nos são colocados, uma vez que a subsistência de assimetrias internas enfraquece fortemente o desenvolvimento regional, na vertente económica, afastando-nos assim, cada vez mais, dos níveis médios do desenvolvimento europeu.

O novo paradigma deve ser o do desenvolvimento sustentado, com maior confiança nas pessoas, maior confiança nas empresas, maior confiança na iniciativa.

Só assim se pode dinamizar a nossa economia e criar melhor ambiente para a iniciativa, para o empreendedorismo e para a actividade das empresas.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Nos últimos 50 anos, os Açores perderam 26,2% da sua população residente, sendo nas denominadas ilhas da coesão, que se verificaram as maiores perdas de população nesse período, sendo a ilha de Santa Maria a que sofreu a maior quebra demográfica, cerca de 57% da sua população.

Esta constatação, alerta-nos para a necessidade de se continuar nesta ilha, a apostar na diversificação económica, na produtividade e na qualidade, considerando o desenvolvimento do turismo um instrumento impulsionador do crescimento sustentado.

A pouco e pouco, Santa Maria começa a encontrar novos rumos para o seu desenvolvimento, integrando, claramente, o impulso investidor no sector turístico que foi incrementado pelo Governo Regional nestes últimos anos.

Presentemente a ilha conta com duas novas e modernas unidades hoteleiras, o que corresponde a cerca de 400 camas em funcionamento.

Esta oferta hoteleira, constitui-se como uma mais valia, encontrando-se preenchida na época do Verão, contribuindo para restantes actividades económicas em geral. A questão e o desafio, aqui como em outras ilhas, é a sua ocupação nos restantes períodos, sendo fundamental a promoção e

animação turística, a captação de mais serviços, a construção de infra-estruturas de atracção e a melhoria e ajustamentos dos transportes.

Para o efeito, é fundamental que se promova turisticamente a ilha de Santa Maria, sendo uma tarefa que cabe a todos, aos Marienses, à Autarquia, ao Governo Regional e, sobretudo, aos que estão ligados ao sector turístico.

Eventos como a Maré de Agosto e o Rally entre outros, são importantes, na promoção turística local e até dos Açores. Mas há que apostar na proximidade de Santa Maria face á ilha de S.Miguel, que é o principal centro de recepção e distribuição de turistas dos Açores.

Há que, participar em todos os “fóruns” possíveis para alcançar esse objectivo, tal como por exemplo, a presença de Santa Maria no Pavilhão dos Açores na Feira Internacional de Turismo de Lisboa, o que vem acontecendo com a participação institucional da Autarquia e das Associações.

Há que, reforçar a capacidade de atracção turística, nomeadamente criando condições para possibilitar o acréscimo do número de turistas, o aumento da permanência média dos turistas e do número de dormidas, através do reforço e qualificação da oferta de equipamentos, da estruturação das acessibilidades marítimas e ainda da oferta de animação de natureza, desportiva e patrimonial.

Há que, dinamizar o aparecimento de actividades económicas locais de animação turística que, assentes em micro e pequenas empresas, desenvolvam actividades e serviços de animação que tenham um forte impacto no turismo, através da valorização dos produtos ligados à natureza, aos circuitos turísticos, ao desporto e à cultura, incluindo a gastronómica, mas também por via da implementação de outras que resultem de forte criatividade.

Apesar, do grande esforço que o Governo Regional tem vindo a desenvolver, relativamente à criação de condições que promovam o investimento na ilha de Santa Maria, desde logo integrando-a nas denominadas ilhas de coesão, e a criação de uma série de majorações de apoio ao investimento, julgo que será necessário, se proceder a um estudo de utilização das infraestruturas de que a ilha dispõe, visando a sua promoção, e captação de investimento externo, através da Agência de Promoção do Investimento nos Açores (APIA).

Só assim se conseguirá fixar nesta ilha as pessoas e os serviços, tal como será muito positiva a instalação na ilha de um Centro Europeu de Lançamento de Satélites e da empresa Edisoft, especializada em sistemas de engenharia de alta tecnologia.

No campo das infra-estruturas realça-se, também, dois projectos importantes. Um, já iniciado, o núcleo de recreio náutico, que irá criar cerca de 120 lugares de amarração, contribuindo para a oferta na área turística marítima.

Outra infra-estrutura importante para aumentar o fluxo de turistas, principalmente na época baixa, será certamente a construção de um campo de golfe, processo já iniciado.

Trata-se de um desafio que, nos próximos anos, exigirá a cooperação de diversas entidades, nomeadamente dos privados que estão a investir em Santa Maria, como, naturalmente, do Poder Local e Regional.

Mas há que diversificar, ligando o turismo à agricultura, atendendo a que, a actividade agrícola surge associada à imagem da Região como destino turístico.



Santa Maria tem assistido, nos últimos anos, a importantes investimentos, como a rede de abastecimento de água à lavoura e a construção do novo matadouro.

A par destes benefícios, que contribuirão, certamente, na ilha para a reabilitação do sector agro-pecuário, o Governo tem investido, no âmbito dos caminhos agrícolas e florestais, melhorando as acessibilidades às explorações. Paralelamente, tem vindo a intensificar, as políticas de diversificação das produções agrícolas, designadamente nas áreas da floricultura, da fruticultura e da vitivinicultura.

Estão também em curso, algumas iniciativas específicas em Santa Maria, nomeadamente a instalação de um campo experimental de próteas, e outro de meloa para testar novas variedades.

Relativamente ao Aeroporto de Santa Maria e Centro de Controlo Oceânico, vivem-se momentos de incerteza em relação ao futuro.

A ANA SA, entidade gestora do Aeroporto, encontra-se em processo de privatização, existindo no presente, um grupo de trabalho, que tem reunido com o objectivo de definir um modelo de gestão para os Aeroportos dos Açores, e consequentemente para o Aeroporto de Santa Maria.

Esta situação, mereceu recentemente a atenção, do senhor Presidente do Governo, que afirmou, “que as autoridades regionais seguem com todo o cuidado e empenhamento o processo de privatização da ANA-SA, na defesa dos Açores”.

Do mesmo modo, no que concerne ao Controlo de Tráfego Aéreo, no 7º Encontro de Controladores de Tráfego Aéreo, realizado em Lisboa no mês de

Abril, foi abordado o tema “O Futuro do Centro de Controlo Oceânico de Santa Maria de Santa Maria”.

Nas conclusões, afirma-se que o objectivo da ICAO, é reduzir as Áreas de Controlo Oceânicas (Flight Information Region's) (FIR's). Diz-se ainda, que relativamente às Regiões aonde as Áreas de Controlo Oceânicas correspondem, mais ou menos, às fronteiras dos países, que a redução do seu número não será muito fácil de concretizar, já que choca com conceitos políticos que todos os países defendem, por exemplo, a política de defesa e a soberania nacional.

Mas no Atlântico Norte, onde a esmagadora maioria do espaço é delegado, não sendo, portanto, pertença de nenhum país, a redução das Áreas de Controlo Oceânicas, torna-se mais fácil de concretizar.

Neste imenso espaço existem, basicamente, prestadores de cinco países – USA, Canadá, Grã-Bretanha, Islândia e Portugal – não sendo crível, dado o respectivo peso político e económico, que a redução se faça à custa dos três primeiros, a não ser que eles próprios estivessem nisso interessados, o que não é o caso.

Assim, a possibilidade da eventual redução de Áreas de Controlo Oceânicas no Atlântico Norte ser feita à custa de Santa Maria é um perigo real.

As consequências para o país, resultariam da inevitável perda de prestígio e influência a nível internacional no sector da navegação aérea e na aviação em geral, para a ilha de Santa Maria, seria a do desaparecimento de um dos maiores empregadores, e que contribui com um peso económico determinante, para as restantes actividades económicas, comércio, etc.

Como é perceptível, os dois casos atrás expostos, propugnam uma situação de preocupação para a débil economia mariense, atendendo a que, na ilha não existem indústrias, o sector primário não ter grande peso, e só restar o sector ligado aos serviços.

Esta situação a acontecer, levará a que, as empresas sedeadas em Santa Maria, ligadas ao sector da aviação, estão para esta ilha, como as diversas fábricas e indústrias, que tem vindo a encerrar em diversos concelhos do Continente, e que merecem a preocupação e intervenção do Governo da República.

A renovação da esperança para os marienses, contrariando a tendência regressiva de há alguns anos atrás, tem que continuar, É necessário que todos trabalhem nesse sentido, conquistando, passo a passo, o grau de desenvolvimento económico e social que ambicionamos e temos direito, em Santa Maria como nas outras ilhas dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Novembro de 2006

O Deputado Regional: Alberto Costa